

PROPOSTA DE CURSO PARA A ESCOLA JUDICIAL DO TRIBUNAL REGIONAL
DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO



LGPD E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

1. INTRODUÇÃO

O curso tem por finalidade realizar a análise da teoria e prática da proteção de dados no Brasil e no mundo, com foco nos reflexos nas relações de trabalho à luz da LGPD.

2. OBJETIVOS

2.1 GERAL

- Estudar os impactos da LGPD nas relações de trabalho subordinado.

2.2 ESPECÍFICOS

- Realizar o estudo dogmático da Lei Geral de Proteção de Dados;
- Analisar os impactos da Lei Geral de Proteção de Dados nas relações de trabalho subordinado, em especial a relação de emprego;
- Demonstrar a posição dos tribunais superiores sobre o tema.

3. CRONOGRAMA

CURSO	PERÍODO	INSTRUTOR	CARGA HORÁRIA
LGPD e seus Impactos nas Relações de Trabalho	3 e 4/5/2021, das 13h às 17h	Raphael Miziara	8h

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ponto 1. Direitos fundamentais nas relações de trabalho: intimidade, privacidade e autodeterminação informativa. Poder empregatício e proteção de dados. A proteção de dados no ordenamento jurídico brasileiro até a edição da Lei nº 13.709/2018 (LGPD). Fatores que impulsionaram a edição da LGPD. A importância da proteção de dados nas

relações sociais atuais e as razões pelas quais as empresas devem se adaptar à LGPD. Objeto de regulamentação da Lei Geral de Proteção de Dados. Sujeitos do tratamento de dados. Alcance Lei Geral de Proteção de Dados.

Ponto 2. Princípios gerais da proteção de dados. Conceitos básicos para compreensão do tema. Aplicação da LGPD nas relações de trabalho subordinado, especialmente na de emprego. Funções da proteção de dados. Os Agentes de Tratamento.

Ponto 3. Hipóteses legais que autorizam o tratamento de dados não sensíveis no contexto laboral. Hipóteses legais que autorizam o tratamento de dados sensíveis no contexto laboral. O problema do consentimento do contrato de emprego.

Ponto 4. Direitos do empregado titular dos dados. Aplicações concretas da LGPD nas rotinas laborais nos períodos pré-contratuais, contratuais e pós-contratuais. Cautelas procedimentais nas entrevistas de seleção. Background Checks: certidão de antecedentes criminais, consulta de crédito e pedidos de referência e bons antecedentes funcionais. Testes de gravidez e esterilização. Acesso ao patrimônio genético do trabalhador e o darwinismo laboral. Perguntas sobre dados sensíveis: convicção religiosa, opinião política, filiação sindical ou a organizações de caráter religioso, filosófico ou político, dados relacionados à saúde ou à vida sexual e outros. A proteção de dados dos candidatos não selecionados para contratação. Atestados de Saúde Ocupacional – ASO admissional.

Ponto 5. Coleta de dados comumente exigidos para a contratação: fotografia número do CPF, PIS, CTPS, filiação sindical e outros. Recursos e dados biométricos: impressão digital, geometria da mão, reconhecimento facial, leitura biométrica de íris e retina. Controle da vida extralaboral do empregado. Monitoramento das redes sociais. Monitoramento do correio eletrônico, chamadas telefônicas e internet. Controle do trabalhador via sistema de geolocalização. Video vigilância e vigilância sonora. Atestados médicos. Testes antidoping e polígrafo. Testes de gravidez. Doenças de notificação obrigatória, HIV e outras. Pedidos de referência e bons antecedentes funcionais. Armazenamento de dados do ex-trabalhador. Tratamento de dados de trabalhadores falecidos.

Ponto 6. Compartilhamento de dados entre controladores (compartilhamento entre

empresas do mesmo grupo econômico; com empresas terceirizadas; com entidades sindicais; com escritórios de contabilidade e de advocacia. Casos especiais de proteção: Empregado “hipersuficiente”. Tratamento de Dados Pessoais de Crianças e de Adolescente. Tratamento de Dados e Empresas Multinacionais: a transferência internacional de dados. Direito ao esquecimento e o direito de não saber.

Ponto 7. Ilustrações práticas de Rotinas Trabalhistas impactadas pela LGPD.

5. METODOLOGIA

Aulas expositivas, com utilização de slides e ferramentas de interação digital.

6. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

VALOR DA HORA/AULA	CARGA HORÁRIA	VALOR TOTAL R\$
450,00	8h	3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

O valor proposto visa a remunerar e/ou indenizar o profissional por:

- Pró-labore pela ministração de 8 (oito) horas-aula, sendo R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) o valor da hora-aula.
- Incidência de impostos e taxas governamentais.

7. FORMA DE PAGAMENTO:

Ao final da realização do curso, de forma integral.

8. PROPONENTE

Nome: RAPHAEL MIZIARA

CPF 054.926.156-70

Endereço: RUA TIMBURI, 1723, ALPHAVILLE, CAMPINAS/SP

Telefones: 19 99970-1500

E-mail: MIZIARARAPHAEL@GMAIL.COM

9. DADOS BANCÁRIOS

Banco Itaú;

Agência n.º 5626;

Conta corrente: 05492-7.

CPF.: 054.926.156-70

10. CURRÍCULO DO INSTRUTOR

Doutorando em Direito do Trabalho (USP). Mestre em Direito do Trabalho e das Relações Sociais (UDF). Pós-Graduado em Direito e Processo do Trabalho (Universidad Castilla La-Mancha). Advogado. Consultor Jurídico. Professor em cursos de graduação em Direito. Autor de livros e artigos jurídicos.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6050046032910068>

11. CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

O Proponente está ciente e de acordo com os termos consignados no Projeto Básico a ser elaborado pela Escola Judicial do TRT da 19ª Região (AL) para esta atividade formativa.

LOCAL E DATA.



RAPHAEL MIZIARA

ASSINATURA DO PROPONENTE